

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.995 - SP (2019/0300717-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **FABIANO IZIDORO PINHEIRO NEVES**
ADVOGADO : **FABIANO IZIDORO PINHEIRO NEVES - SP202085**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **JOAO PAULO SALLES (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

EMENTA

HABEAS CORPUS. WRIT IMPETRADO CONTRA ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO. SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO INAUGURADA A COMPETÊNCIA DO STJ. INADMISSIBILIDADE.

Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Trata-se *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **João Paulo Salles** condenado – por incurso nos arts. 240, *caput* (por duas vezes) e 241-B, ambos da Lei n. 8.069/1990 c/c art. 69 do Código Penal –, à pena de 6 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, além do pagamento de 18 dias-multa (Ação Penal n. 3001869-31.2013.8.26.0344, da 1ª Vara Criminal da comarca de Marília/SP).

Alega-se constrangimento ilegal na dosimetria da pena imposta em primeiro grau e confirmada pela Corte estadual no julgamento da apelação, ao argumento de que as instâncias de origem deixaram de fundamentar a aplicação da fração de 1/3, decorrente do disposto art. 26, parágrafo único, do Código Penal.

Requer-se, assim, em liminar, a alteração da fração de redução da pena na terceira fase da dosimetria, ainda que seja em patamar intermediário, adequando-se a reprimenda e consequentemente o regime de cumprimento da pena.

É o relatório.

A presente impetração é manifestamente inadmissível.

Conforme se observa da inicial, o acórdão que julgou os embargos de declaração opostos ao julgamento da Apelação n. 3001869-31.2013.8.26.0344, transitou em julgado no dia 15/4/2019.

Assim, o presente *habeas corpus* é sucedâneo de revisão criminal.

Superior Tribunal de Justiça

Ocorre que, como não existe, neste Tribunal, julgamento de mérito passível de revisão em relação à condenação sofrida pelo paciente, forçoso reconhecer a incompetência desta Corte Superior para o processamento do presente pedido.

Nesse sentido, confirmam-se: o AgRg no HC n. 494.794/MA, da minha relatoria, Sexta Turma, DJe 11/4/2019; e o HC n. 288.978/SP, da minha relatoria, Rel. p/ Acórdão Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 21/5/2018.

Ainda que assim não fosse, observa que a fração de redução aplicada está ampara no laudo pericial constante do exame de sanidade mental (Autos n. 0022348-62.2014.8.26.0344). Ponderou o Magistrado sentenciante que, *consoante a fundamentação de sobredito laudo, **não se colige uma severa doença mental que justifique a minorante em patamar superior; em se tratando de uma parcial compreensão da ilicitude e autodeterminação não que não está prejudicada totalmente, descarta-se nesta hipótese um abrandamento maior*** (fl. 27).

Dessa forma, conforme entendimento desta Corte Superior, *sendo reconhecida pelas instâncias ordinárias que a semi-imputabilidade do réu era reduzida, tendo em vista o seu elevado grau de discernimento, embora fosse usuário de drogas, mostra-se correta a redução na fração mínima de 1/3 (um terço), conforme dispõe o art. 26, parágrafo único, do Código Penal* (AgRg no AREsp n. 18.937/MG, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 2/10/2012).

Na mesma linha, o AgRg no HC n. 336.097/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 14/8/2017.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus* (art. 210 do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator